



A Família como Instrumento de Redenção Espiritual

Deolindo Amorim e Hermínio C. Miranda

"Reconcilia-te com o teu adversário – advertiu Cristo – enquanto estás a caminho com ele"

E não é precisamente no círculo aconchegante da família que estamos a caminho com aquele que a nossa insensatez converteu em adversário?

O espiritismo coloca, pois, sob perspectiva inteiramente renovada e até inesperada, além de criativa e realista, a difícil e até agora inexplicável problemática do inter-relacionamento familiar. Se um membro de nossa família tem dificuldades em nos aceitar, em nos entender, em nos amar, podemos estar certos de que tais dificuldades foram criadas por nós mesmos num relacionamento anterior em que as nossas paixões ignoraram o bom senso.

– E a repulsão instintiva que se experimenta por algumas pessoas, donde se origina? Perguntou Kardec aos seus instrutores (LIVRO DOS ESPÍRITOS, Pergunta 389).

– São espíritos antipáticos que se adivinham e reconhecem, sem se falarem.

O ponto de encontro de muitas dessas antipatias, que necessitam do toque mágico do amor e do entendimento, é a família consanguínea, célula de um organismo mais amplo que é a família espiritual, que por sua vez, é a célula da instituição infinitamente mais vastas que são a família mundial e, finalmente, a universal.

A Doutrina considera a instituição do casamento como instrumento do "progresso na marcha da humanidade" e, reversamente, a abolição do casamento como "uma regressão à vida dos animais". (Questões 695 e 696, de O LIVRO DOS ESPÍRITOS). Como vimos há pouco, é também essa a

opinião dos cientistas especializados responsáveis.

Ao comentar as questões indicadas, Kardec acrescentou que – "O estado de natureza é o da união livre e fortuita dos sexos. O casamento constitui um dos primeiros atos de progresso nas sociedades humanas, porque estabelece a solidariedade fraterna e se observa entre todos os povos, se bem que em condições diversas".

No que, mais uma vez, estão de acordo estudiosos do problema do ponto de vista científico e formuladores e divulgadores da Doutrina Espírita.

Isto nos leva à delicada questão do divórcio, reconhecido como uma das principais causas desagregadoras do casamento e, por extensão, da família.

O problema da indissolubilidade do casamento foi abordado pelos Espíritos, de maneira bastante sumária, na Questão nº. 697. Perguntados sobre se "Está na lei da Natureza, ou somente na lei humana a indissolubilidade absoluta do casamento", responderam na seguinte forma:

– É uma lei muito contrária à da Natureza. Mas os homens podem modificar suas leis; só as da Natureza são imutáveis.

O que, exatamente, quer dizer isso?

Em primeiro lugar, convém chamar a atenção para o fato de que a resposta foi dada no contexto de uma pergunta específica sobre a indissolubilidade absoluta. Realmente, a lei natural ou divina não impõe inapelavelmente um tipo rígido de união, mesmo porque o livre arbítrio é princípio fundamental, direito inalienável do ser humano. "Sem o livre arbítrio – consta enfaticamente da Questão nº. 843 de O LIVRO DOS ESPÍRITOS – o homem seria máquina".

A lei natural, por conseguinte, não iria traçar limites arbitrários às opções humanas, encadeando homens e mulheres a um severo regime de escravidão, que poderá conduzir a situações calamitosas em termos evolutivos, resultando em agravamento dos conflitos, em lugar de os resolver, ou pelo menos atenuá-los.

Ademais, como vimos lembrando repetidamente, o Espiritismo não se propõe a ditar regras de procedimento específico para cada situação da vida. O que oferece são princípios gerais, é uma estrutura básica, montada sobre a permanência e estabilidade de verdades testadas e aprovadas pela experiência de muitos milênios. Que dentro desse espaço se movimente a criatura humana no exercício pleno de seu livre arbítrio e decida o que melhor lhe convém, ante o conjunto de circunstâncias em que se encontra.

O casamento é compromisso espiritual previamente negociado e acertado, ainda que nem sempre aceito de bom grado pelas partes envolvidas. São muitos, senão maioria, os que se unem na expectativa de muitos anos de turbulência e mal-entendidos porque estão em débito com o parceiro que acolhem, precisamente para que se conciliem se ajustem, se pacifiquem e se amem ou, pelo menos, se respeitem e estimem.

Mergulhados, porém, na carne, os bons propósitos do devedor, que programou para si mesmo um regime de tolerância e autocontrole, podem falhar. Como também pode exorbitar da sua desejável moderação o parceiro que vem para receber a reparação, e em lugar de recolher com serenidade o que lhe é devido (e outrora lhe foi negado) em atenção, apoio, segurança e afeto, assume a atitude do tirano arbitrário que, além de exigir com intransigência o devido, humilha, oprime e odeia o parceiro que, afinal de contas, está fazendo o possível, dentro das suas limitações, para cumprir seu compromisso. Nesses casos, o processo de ajuste – que será sempre algo difícil mas poderá desenrolar-se em clima de mútua compreensão – converte-se em vingança irracional.

Numa situação dessas, mais frequentes do que poderíamos supor, a indissolubilidade absoluta a que se refere a Codificação seria, de fato, uma lei antinatural. Se um dos parceiros da união, programada com o objetivo de promover uma retificação de comportamento, utilizou-se insensatamente da sua faculdade de livre escolha, optando pelo ódio e a vingança, quando poderia simplesmente recolher o que lhe é devido por um devedor disposto a pagar, seria injusto que a lei recusasse a este o direito de recuar do compromisso assumido, modificar seus termos, ou adiar a execução, assumindo, é claro, toda as responsabilidades decorrentes de seus atos, como sempre, aliás.

A lei divina não conesta a violência que um parceiro se disponha a praticar sobre o outro. Além do mais, a dívida não é tanto com o indivíduo prejudicado quanto com a própria lei divina desrespeitada. No momento em que arruinamos ou assassinamos alguém, cometemos, claro, um delito pessoal de maior gravidade. É preciso lembrar, contudo, que a vítima também se encontra envolvida com a lei, que, paradoxalmente, irá exibir a reparação da falta cometida, não para vingá-la, mas para desestimular o faltoso, mostrando-lhe que cada gesto negativo cria a sua matriz de reparação. O Cristo foi enfático e preciso ao ligar sempre o erro à dor do resgate. “Vai e não peques mais, para que não te aconteça coisa pior”, disse ele.

Não há sofrimento inocente, nem cobrança injusta ou indevida. O que deve paga e o que está sendo cobrado é porque deve. Assim a própria vítima de um gesto criminoso é também um ser endividado perante a lei, por alguma razão concreta anterior, ainda que ignorada. Se, em lugar de reconciliar-se, ela se vingar, estará reabrindo sua conta como novo débito em vez de saldá-la.

A lei natural, portanto, não prescreve a indissolubilidade mandatária e absoluta do casamento, como a caracterizou Kardec na sua pergunta. Conseqüentemente, a lei humana não deve ser mais realista do que a outra que lhe é superior; deve ser flexível,

abrindo espaço para as opções individuais do livre arbítrio.

Isso, contudo, está longe de significar uma atitude de complacência ou de estímulo à separação dos casais em dificuldades. O divórcio é admissível, em situações de grave conflito, nas quais a separação legal assume a condição de mal menor, em confronto com opções potencialmente mais graves que projetam ameaçadoras tragédias e aflições imprevisíveis: suicídios, assassinatos, e conflitos outros que destroem famílias e acarretam novos e pesados compromissos, em vez de resolver os que já vieram do passado por auto-herança.

Convém, portanto, atentar para todos os aspectos da questão e não ceder precipitadamente ao primeiro impulso passional ou solicitação do comodismo ou do egoísmo. Dificuldades de relacionamento são mesmo de esperar-se na grande maioria das uniões que se processam em nosso mundo ainda imperfeito. Não deve ser desprezado o importante aspecto de que o casamento foi combinado e aceito com a necessária antecipação, precisamente para neutralizar diferenças e dificuldades que persistem entre dois ou mais Espíritos.

O que a lei divina prescreve para o casamento é o amor, na sua mais ampla e abrangente conotação, no qual o sexo é apenas a expressão física de uma profunda e serena sintonia espiritual. Estas uniões, contudo, são ainda a exceção e não a norma. Ocorre entre aqueles que, na expressão de Jesus, Deus juntou, na imutável perfeição de suas leis. Que ninguém os separe, mesmo porque, atingida essa fase de sabedoria, entendimento e serenidade, os Espíritos pouco se importam de que os vínculos matrimoniais sejam indissolúveis ou não em termos humanos, dado que, para eles vige a lei divina que já os uniu pelo vínculo supremo do amor.

Em suma, recuar ante uma situação de desarmonia no casamento, de um cônjuge difícil ou de problemas aparentemente insolúveis é gesto e fraqueza e covardia de graves implicações. Somos colocados em situações dessas precisamente para

resolver conflitos emocionais que nos barram os passos no caminho evolutivo. Estaremos recusando exatamente o remédio prescrito para curar mazelas persistente que se arrastam, às vezes, por séculos ou milênios aderidas à nossa estrutura espiritual.

A separação e o divórcio constituem, assim, atitudes que não devem ser assumidas antes de profunda análise e demorada meditação que nos levem à plena consciência das responsabilidades envolvidas.

Como escreveu Paulo com admirável lucidez e poder de síntese.

– “Tudo me é lícito, mas nem tudo me convém”.

O Espiritismo não é doutrina do não e sim da responsabilidade, Viver é escolher, é optar, é decidir. E a escolha é sempre livre dentro de um leque relativamente amplo de alternativas. A sementeira, costumamos dizer, é voluntária; a colheita é que é sempre obrigatória.

É no contexto da família que vem desaguar um volume incalculável de conseqüências mais ou menos penosas resultantes de desacertos anteriores, de decisões tomadas ao arrepio das leis flexíveis e, ao mesmo tempo, severas, que regulam o universo ético em que nos movimentamos.

Para que um dia possamos desfrutar o privilégio de viver em comunidades felizes e harmoniosas, aqui ou no mundo póstumo, temos de aceitar, ainda que relutantemente, as regras do jogo da vida. O trabalho da reconciliação com espíritos que prejudicamos com o descontrole de nossas paixões, nunca é fácil e, por isso, o comodismo nos empurra para o adiamento das lutas e renúncias por onde passa o caminho da vitória.

Como foro natural de complexos problemas humanos e núcleo inevitável das experiências retificadoras que nos incumbe levar a bom termo, a família é instrumento da redenção individual e, por extensão, do equilíbrio social.

Não precisaria de nenhuma outra razão para ser estudada com seriedade e preservada com firmeza nas suas estruturas e nos seus propósitos educativos.

Parentesco Corporal e Espiritual

O Evangelho Segundo o Espiritismo
- Allan Kardec

Os laços de sangue não estabelecem necessariamente os laços espirituais. O corpo procede do corpo, mas o Espírito não procede do Espírito, porque este existia antes da formação do corpo. O pai não gera o Espírito do filho: fornece-lhe apenas o envoltório corporal. Mas deve ajudar seu desenvolvimento intelectual e moral, para o fazer progredir.

Os Espíritos que se encarnam numa mesma família, sobretudo como parentes próximos, são os mais freqüentemente Espíritos simpáticos, ligados por relações anteriores, que se traduzem pela afeição durante a vida terrena. Mas pode ainda acontecer que esses Espíritos sejam completamente estranhos uns para os outros, separados por antipatias igualmente anteriores, que se traduzem também por seu antagonismo na Terra, a fim de lhes servir de prova. Os verdadeiros laços de família não são, portanto, os da consangüinidade, mas os da simpatia e da comunhão de pensamentos, que unem os Espíritos, antes, durante e após a encarnação. Onde se segue que dois seres nascidos de pais diferentes podem ser mais irmãos pelo Espírito, do que se o fossem pelo sangue. Podem, pois, atrair-se, procurar-se, tornarem-se amigos, enquanto dois irmãos consangüíneos podem repelir-se, como vemos todos os dias. Problema moral, que só o Espiritismo podia resolver, pela pluralidade das existências. (Ver cap. IV, nº 13)

CALENDÁRIO DE REUNIÕES, EVENTOS E ATIVIDADES DO MÊS

Reuniões Públicas:

Terças	tarde	13:00	Passes, Desobsessão
Quintas	tarde	14:00	Escola de Médiuns e Estudo da Doutrina
Quintas	noite	19:00	Passes, Desobsessão
Sextas	noite	19:00	Escola de Médiuns e Estudo da Doutrina
Sábados	tarde	15:00	Estudo da Doutrina

blog: <http://escolamariadenazare.blogspot.com.br/>

Reuniões Privadas:

Segundas	noite	19:00	Desobsessão
Terças	noite	19:00	Corrente para os Viciados
Quartas	noite	19:30	Saúde

Há, portanto, duas espécies de famílias: as famílias por laços espirituais e as famílias por laços corporais. As primeiras, duradouras, fortificam-se pela purificação e se perpetuam no mundo dos Espíritos, através das diversas migrações da alma. As segundas, frágeis como a própria matéria, extinguem-se com o tempo, e quase sempre se dissolvem moralmente desde a vida atual. Foi o que Jesus quis fazer compreender, dizendo aos discípulos: “Eis minha mãe e meus irmãos”, ou seja, a minha família pelos laços espirituais, pois “quem quer que faça a vontade de meu Pai, que está nos céus, é meu irmão, minha irmã e minha mãe”.

A hostilidade de seus irmãos está claramente expressa no relato de São Marcos, desde que, segundo este, eles se propunham a apoderar-se dele, sob o pretexto de que perdera o juízo. Avisado de que haviam chegado, e conhecendo o sentimento deles a seu respeito, era natural que dissesse, referindo-se aos discípulos, em sentido espiritual: “Eis os meus verdadeiros irmãos”. Sua mãe os acompanhava, e Jesus generalizou o ensino, o que absolutamente não implica que ele pretendesse que sua mãe segundo o sangue nada lhe fosse segundo o Espírito, só merecendo a sua indiferença. Sua conduta, em outras circunstâncias, provou suficientemente o contrário.
